



Número: **0800609-62.2019.8.20.5106**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Primeira Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Des. Dilermando Mota na Câmara Cível**

Última distribuição : **26/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0800609-62.2019.8.20.5106**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELANTE)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO) ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA (ADVOGADO)	
FRANCINALDO MARCELINO DE OLIVEIRA (APELADO)		AMANDA CRISTINA DE CASTRO (ADVOGADO) RODRIGO ANDRADE DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6529041	30/06/2020 08:36	Intimação	Intimação



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

Processo: **APELAÇÃO CÍVEL - 0800609-62.2019.8.20.5106**

Polo ativo **FRANCINALDO MARCELINO DE OLIVEIRA**

Advogado(s): **RODRIGO ANDRADE DO NASCIMENTO, AMANDA CRISTINA DE CASTRO**

Polo passivo **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Advogado(s): **ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA, LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS ADEQUADAMENTE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO ENSEJARIA VALOR IRRISÓRIO. FIXAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 85, § 8º, DO CPC. MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11º, DO CPC. PRECEDENTES DESTA CORTE. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, em conhecer e negar provimento ao recurso, e majorar os honorários advocatícios em 10% sobre o valor já fixado na origem, a serem arcados pela apelante, nos termos do voto do relator que integra este acórdão.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a. em face de sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança, promovida por **FRANCINALDO MARCELINO DE OLIVEIRA**, que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condenar a apelante a pagar ao autor a indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), correspondente ao valor da indenização devida por incapacidade permanente, acrescido de correção monetária, desde o evento danoso, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação. Condenou, ainda, as partes, ante a sucumbência

recíproca, ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais), na proporção de 30% (trinta por cento) a cargo da parte autora e 70% (setenta por cento) para a parte demandada, suspendendo a exigibilidade do autor em razão da gratuidade judiciária.

Em suas razões, a seguradora apelante alega que o apelado deveria arcar com a totalidade das custas e dos honorários sucumbenciais, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC, tendo em vista que a apelante decaiu em parte mínima do pedido.

Diz que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do apelado, sendo injustificável o valor estipulado na sentença, devendo ser minorado para 10% sobre o valor da condenação.

Por tais motivos, requer o conhecimento e provimento do apelo.

O apelado apresentou contrarrazões, pugnando, em suma, pelo desprovimento da pretensão recursal.

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso.

Quanto aos honorários advocatícios, não há razão para modificar a forma como arbitrada pelo julgador singular, uma vez que não houve sucumbência mínima do apelante, e sim recíproca, já foi reconhecido o direito a indenização do seguro DPVAT, sendo que foi fixada em R\$ 843,75, valor proporcional à invalidez, de modo deve haver a distribuição dos honorários advocatícios, nos termos do artigo 85 do CPC.

No que concerne ao *quantum* fixado a título de honorários advocatícios, qual seja R\$ 1.000,00, não vejo razões para alterá-lo, uma vez aplicação dos percentuais estabelecidos no art. 85, §2º CPC ensejaria valores irrisórios, já que o valor da condenação foi de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

De modo que, com fulcro no §8º do artigo 85 do CPC, e analisando os critérios de grau de zelo profissional, local da prestação do serviço, natureza e importância da causa, bem como o trabalho exigido, entendo correta fixação dos honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (um mil reais), e também em obediência ao princípio da razoabilidade e em respeito ao exercício da advocacia.

Neste sentido a jurisprudência desta Corte de Justiça Estadual:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. **RECURSO DA SEGURADORA:** LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA PARTICIPANTE DO CONSÓRCIO. NEXO CAUSAL ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DEVIDAMENTE CARACTERIZADO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA INVALIDEZ EM DOIS SEGMENTOS EM VIRTUDE DO ACIDENTE. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. RESP REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA Nº 1.246.432-RS, O QUAL FIRMOU POSIÇÃO PELA PROPORCIONALIDADE ENTRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO E O GRAU DA INVALIDEZ SOFRIDA, INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO SINISTRO. SÚMULA 474-STJ. VALOR CORRETAMENTE AFERIDO PELO JUIZ A *QUO*. **RECURSO DO AUTOR:** HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS IRRISÓRIOS. PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO. FIXAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 85, § 8º, DO CPC. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDO QUANTO AO APELO DO AUTOR E DESPROVIDO O INTERPOSTO PELA SEGURADORA.

(*TJRN. AC n.º 2017.020837-8*, Rel. Des. Dilermando Mota, 1ª Câmara Cível, DJ: 28/02/2019)

Ante o exposto, conheço e nego provimento ao apelo, e, em face do disposto no art. 85, § 11, do CPC, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor já fixado na origem, a serem arcados pela apelante.

É como voto.

Desembargador **DILERMANDO MOTA**

Relator

Natal/RN, 9 de Junho de 2020.